

## O DISPENSACIONALISMO E SUAS IMPLICAÇÕES DOUTRINÁRIAS

João Alves dos Santos

### I. ORIGEM E DIVULGAÇÃO

O movimento chamado de **dispensacionalismo** surgiu em meados do século passado na Inglaterra, através do grupo que levou o nome de *Irmãos* ou *Irmãos de Plymouth*, por ter nesta cidade seu quartel general. Seu principal expoente foi John Nelson Darby (1800-1882), um irlandês que, insatisfeito com a Igreja Anglicana, da qual era ministro (cura), juntou-se ao grupo dos Irmãos em 1827. Por volta de 1830 Darby já era o principal líder dos *Irmãos*, dada a sua capacidade de organização e a sua proficiência em escrever. A característica principal desse grupo foi a ênfase que deu às reuniões semanais de estudo bíblico e celebração da Ceia do Senhor, associada a um desprezo por qualquer tipo de organização denominacional ou forma de culto. Os *Irmãos* rejeitavam qualquer sistema clerical ou de classe ministerial, insistindo que estavam regressando à forma simples de culto e governo eclesiástico dos apóstolos.

Embora não fosse o tema principal no começo, não tardou para que a doutrina da volta de Cristo ocupasse o centro dos estudos e, com ela, surgisse com grande ímpeto o desenvolvimento de um novo modelo de interpretação bíblica. Darby e seus seguidores passaram a alardear que haviam “redescoberto verdades” que foram desconhecidas ao longo de toda a história, desde os dias apostólicos, as quais teriam ficado à margem do ensino tradicional do Cristianismo histórico. Fazia parte desse novo modelo aquilo que passou a ser chamado até hoje, nos círculos dispensacionalistas, de “interpretação literal das profecias” e de que devemos também nos ocupar neste trabalho.

Esse novo modo de interpretação bíblica, especialmente de profecias, ganhou popularidade rapidamente nos círculos evangélicos, graças ao grande trabalho de divulgação que dele foi feito pelo próprio Darby e por seus seguidores, e graças, principalmente, ao grande volume de livros, panfletos e artigos sobre o assunto que foram, desde então, escritos e ainda continuam sendo. Grandes movimentos, como o das Conferências Evangélicas de Dwight L. Moody, eram virtualmente controlados por dispensacionalistas.<sup>1</sup> A escola fundada por Moody, que passou a chamar-se Instituto Bíblico Moody, assim como diversas outras escolas teológicas, como o atual Seminário Teológico de Dallas, passaram a ser verdadeiros centros de doutrinação dispensacionalista, nos Estados Unidos. O mesmo se dá hoje no Brasil, especialmente com os institutos bíblicos chamados de interdenominacionais, de modo geral.

Outro fator que muito contribuiu para a difusão do pensamento dispensacionalista foi a publicação da chamada *Bíblia de Referência de Scofield*, em 1909, a qual já vendeu mais de dois milhões de cópias desde então. A Bíblia de Scofield ou, mais corretamente, a *Bíblia de Referência de Scofield* é, na verdade, uma edição da Versão *King James*, com anotações feitas por Scofield, na linha de interpretação dispensacionalista. William E. Cox afirma que “o pai do dispensacionalismo, Darby, assim como seus ensinamentos, provavelmente não seriam conhecidos hoje, não fosse por seu

---

<sup>1</sup> Cf. Harvie M. Conn, *Teologia Contemporânea em El Mundo* (Grand Rapids: Subcomisión Literatura Cristiana de la Iglesia Cristiana Reformada, s.d.) p. 115.

devoto seguidor, Scofield”.<sup>2</sup> Esta declaração, baseada em pesquisa feita pelo autor citado, dá bem uma idéia da influência que Scofield exerceu, especialmente através de sua “Bíblia”, na propagação do dispensacionalismo.

Cyrus Ingerson Scofield (1843 - 1921) nasceu nos Estados Unidos e foi, até sua conversão em 1879, advogado e político. Três anos após sua conversão foi ordenado ministro congregacional, sem qualquer formação teológica, e foi assim, sem formação teológica, que escreveu sua *Bíblia de Referência*.<sup>3</sup> Para muitos, hoje, as anotações de Scofield têm o mesmo valor e a mesma autoridade do próprio texto da Palavra de Deus. Como diz Cox, se Scofield tivesse colocado suas anotações em um livro separado e não na própria Bíblia, certamente que seus livros estariam agora, como os de Darby, ajuntando pó nas estantes. Mas o fato de ter associado o seu nome ao de Paulo e ao de Pedro, pela audácia de colocar suas notas pessoais nas mesmas páginas sagradas que trazem os escritos daqueles autores inspirados, garante-lhe a imortalidade. E, conclui Cox, “na mente de alguns dos seguidores devotos de Scofield, discordar dele é o mesmo que discordar de Paulo ou de Pedro”.<sup>4</sup>

Os estudiosos e historiadores do Cristianismo são unânimes em afirmar que a *Bíblia de Scofield* trouxe benefícios de uma certa ordem, pois estimulou o interesse pelo estudo bíblico e o respeito pela autoridade da Palavra de Deus, numa época em que a Alta Crítica e a teologia liberal atacavam o Livro Sagrado. Scofield era, de qualquer forma, um conservador, no sentido em que acreditava na inspiração e na inerrância da Bíblia. Mas não resta dúvidas de que trouxe também seríssimos prejuízos à Igreja de Cristo, na medida em que, desviando-se da linha histórica de interpretação bíblica, popularizou e erigiu à posição de quase dogma, em muitos círculos cristãos, uma hermenêutica falha e um conceito falso a respeito do modo de Deus tratar com os homens, a respeito da salvação e, especialmente, a respeito da Igreja de Cristo. William Cox, de cuja obra estamos nos servindo para essa análise introdutória do assunto, chega a dizer que a *Bíblia de Scofield*, nas mãos de um novato ou recém-convertido, pode ser um livro perigoso.

Dentre os perigos que ele ressalta está a atitude de superioridade que a obra implanta na mente de seus leitores e que, certamente, já foi testemunhada pela maioria dos que, em alguma ocasião, puderam dialogar com dispensacionalistas sobre os pontos de divergência. Diz Cox que “nenhuma doutrina da Bíblia apresenta o menor problema a esses *experts*. Nem precisam eles fazer um estudo mais profundo; tudo o de que precisam está contido nas notas de rodapé da *Bíblia de Referência de Scofield*.”<sup>5</sup>

Outros autores, também citados por Cox, destacam o mesmo perigo de presunção de conhecimento que essa obra produz; talvez, conforme pensamos, por serem essas notas muitas vezes confundidas, em termos de autoridade, com a própria Palavra de Deus. T. T. Shields afirma:

De uma posição de inteira ignorância das Escrituras para uma posição de certeza religiosa oracular - especialmente com respeito a assuntos escatológicos, para algumas pessoas requer-se apenas de três a seis meses com uma *Bíblia de Scofield*... Eu prontamente reconheço que a *Bíblia de Scofield* é muito popular entre os novatos, isto é,

<sup>2</sup> Cf. *An Examination of Dispensationalism* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed Publishing Co., 1963), p. 13.

<sup>3</sup> Cf. W.E. Cox, op. cit., p. 13.

<sup>4</sup> Ibid., p. 14.

<sup>5</sup> Ibid., pp. 14-15.

os que têm recentemente chegado à fé, e também entre muitos de experiência cristã mais longa, mas que são apenas estudantes superficiais das Escrituras. Roupas prontas são populares em todo lugar entre pessoas de tamanho médio...Pelo mesmo princípio, idéias religiosas prontas serão sempre populares, especialmente entre aqueles indispostos ao esforço de ajustar seus conceitos religiosos a um conhecimento escriturístico sempre crescente. Essa disposição humana comum, em grande parte, explica a popularidade da *Bíblia de Scofield*.<sup>6</sup>

Referindo-se a esse mesmo tipo de pessoas que não apenas se dão por satisfeitas com o “conhecimento” obtido através dessas notas, mas, presunçosamente, ousam desprezar todo estudo sério que, porventura, as contrarie, diz Albertus Pieters:

Essas boas pessoas não são faltas de fé e zelo, mas são tristemente faltas de conhecimento; e o trágico da situação está exatamente nisto que, o que lhes falta, é exatamente o que pensam que obtiveram com a *Bíblia de Scofield*! Estão aptas para dizer em seus corações e não infreqüentemente com seus lábios:” Tenho mais entendimento do que todos os meus mestres, porque tenho uma *Bíblia de Scofield*!”<sup>7</sup>

O Dispensacionalismo não se constitui propriamente numa denominação e, embora tenha surgido com os *Irmãos*, que são hoje um pequeno grupo, não se restringe a eles nem a qualquer denominação, em particular. Há dispensacionalistas hoje em, praticamente, todos os ramos do Protestantismo e até naqueles onde a sua presença representa uma negação de certos princípios doutrinários distintivos, como no caso do Presbiterianismo, por contraditório que possa parecer. Acreditamos que não há presbiterianos dispensacionalistas, mas certamente há dispensacionalistas presbiterianos. No primeiro caso estamos usando a palavra “presbiteriano” com conotação teológica e, no segundo, com conotação denominacional. O Dispensacionalismo tem sido, geralmente, confundido com o Premilenismo, mas não são a mesma coisa. Todo dispensacionalista é, necessariamente, premilenista, mas nem todo premilenista é necessariamente dispensacionalista.

É preciso dizer, também, que há pelo menos três tipos de dispensacionalismo, com marcantes diferenças entre si. Há o que Oswald T. Allis chama de **ultradispensacionalismo**, desenvolvido por E. W. Bullinger (1837-1913), que faz distinção entre a “Igreja Apostólica Pentecostal” do livro de Atos e a “Igreja-Mistério Paulina”, das Epístolas da Prisão, que ele chama de “igreja corpo” e “igreja noiva”, respectivamente. Bullinger ainda faz distinção entre essas duas igrejas e a de Mateus 16, que Jesus chamou de “minha igreja” e que, segundo ele, será uma igreja judaica remanescente no futuro. O ultradispensacionalismo é, segundo Allis, o método levado ao extremo ou às suas últimas conseqüências.<sup>8</sup>

Os outros dois tipos são os que Grover E. Gunn, III chama de **clássico** e de **neodispensacionalismo**. O dispensacionalismo clássico é o representado por C. I. Scofield e por Lewis S. Chafer, fundador do Seminário de Dallas, e segundo o qual o plano de Deus para com Israel é puramente terreno e para com a Igreja, celestial; há dois modos de salvação (obras no A.T. e fé no N.T.) e, segundo Chafer, dois Novos Pactos. Este foi o tipo de dispensacionalismo que prevaleceu desde o século passado até meados deste (1800 a 1950). O neodispensacionalismo é o agora defendido por homens como Charles C. Ryrie, John F. Walvoord e J. Dwight Pentecost, segundo o qual Israel

<sup>6</sup> T.T. Shields, in *The Gospel Witness*, de 7 de Abril de 1932, citado por W.C. Cox, op. cit., p. 15.

<sup>7</sup> A. Pieters, *A Candid Examination of the Scofield Bible*, p. 5, citado por W.E. Cox, op. cit., p. 15.

<sup>8</sup> Cf. O.T. Allis, *Prophecy and the Church* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed Publishing Co., 1955), p. 15.

e a Igreja se ajuntarão após o milênio; há um só modo de salvação em ambos os Testamentos (fé) e um só Pacto. É a linha atual do Seminário de Dallas.<sup>9</sup> . Neste trabalho apresentaremos apenas alguns dos pontos básicos em que o sistema dispensacionalista, de um modo geral e mais particularmente o que aqui chamamos de clássico, difere da teologia que chamamos de “reformada” e que entendemos ser a correta interpretação da Palavra de Deus. As questões menores serão deixadas de lado por serem numerosas e de importância secundária.

## II. PREMISSAS BÁSICAS DO SISTEMA

Toda interpretação bíblica está ou deve estar subordinada a um determinado sistema. Não há forma neutra de se abordar o estudo bíblico sem se incorrer em erro. Um versículo da Bíblia, isolado do seu contexto, pode apresentar mais de um sentido e somente um é o verdadeiro. Um sistema teológico pode ser definido, segundo Grover E. Gunn, como “o entendimento global dos ensinamentos das Escrituras e de como esses ensinamentos se relacionam entre si”.<sup>10</sup> Para que a interpretação de um determinado texto esteja correta é preciso que ela se harmonize com o ensino geral (global) das Escrituras. É o que geralmente se chama de “analogia da fé”. O sistema teológico de alguém, porém, pode estar errado e, com isso, toda a interpretação à luz daquele sistema fica comprometida. Por isso, é preciso que o próprio sistema esteja sendo sempre conferido e, se necessário, ajustado com as Escrituras, para que possa conduzir a uma correta interpretação. Citando novamente Gunn:

O intérprete deve sempre buscar a confirmação de que seu sistema teológico é consistente com todo o ensino das Escrituras e também, logicamente, consistente em si mesmo. Esse é um processo de toda uma vida. Na verdade, é um processo de muitas vidas, já que o intérprete sempre constrói sobre a obra de exegetas anteriores e visto que a tarefa nunca se finda.<sup>11</sup>

Para se determinar se as conclusões dos dispensacionalistas são verdadeiras, em particular aquelas que conflitam com a interpretação tradicional da Igreja cristã, é preciso verificar se a sua hermenêutica é coerente e sustentável, o que equivale a dizer, se seu sistema teológico é consistente. O edifício do sistema dispensacionalista está construído sobre três pilares básicos, ou três pressupostos:

### 1. Uma interpretação estritamente literal das Escrituras

Com isto se quer dizer que todas as profecias feitas no A.T., com relação a Israel, deverão se cumprir literal e incondicionalmente em Israel, como nação ou povo terreno. Nenhuma promessa do A.T., portanto, se refere à Igreja, pois isto viola o princípio da literalidade. As profecias do A.T. devem ser sempre entendidas sob a perspectiva do A.T.; Exemplo: Se o A.T. diz que Israel vai possuir a terra prometida para sempre significa que a nação de Israel (povo judeu) deverá ter como possessão perpétua aquela porção geográfica do Oriente Médio. Se alguém disser que o verdadeiro Israel é hoje nação espiritual (1Pe 2. 9,10) ou que a terra que os israelitas possuíam era um tipo ou antecipação da Nova Jerusalém celestial (Hb 11. 13-16; 12.22; Gl 4. 25-26) estará violando o seu conceito.

<sup>9</sup> Cf. C.I. Crenshaw & G.E. Gunn, III, *Dispensationalism - Today, Yesterday, and Tomorrow* (Memphis: Footstool Publications, 1985), p. 7.

<sup>10</sup> G.E. Gunn, op. cit., p. 124.

<sup>11</sup> Ibid., pp. 124-125.

Todos os que não interpretam profecias com o mesmo grau de literalidade são considerados “espiritualizantes”, “alegorizadores” e, em alguns casos, até “liberais”. Um exemplo disso pode ser encontrado num livro de Oswald J. Smith, onde se lê estas arrogantes declarações:

Conheço bem poucos dos antigos comentários que são confiáveis no que tange a profecia. Quase todos eles espiritualizam as predições dos profetas do Antigo Testamento e confundem o reino com a Igreja. Daí serem suas interpretações sem nenhum valor.<sup>12</sup>

Depois de citar Isaías 11. 1-13 e 12. 1-6, esse mesmo autor diz:

Nenhuma delas (das passagens) foi cumprida no primeiro advento e nenhuma delas pode ser espiritualizada, pois não têm seu cumprimento na Igreja, a despeito do que os grandes comentaristas dizem. Deus não achou conveniente iluminá-los.<sup>13</sup>

Uma das expressões ou frases feitas preferida dos dispensacionalistas é a de que “as profecias do Antigo Testamento com respeito à primeira vinda de Cristo... foram todas cumpridas literalmente. Não há cumprimento não literal dessas profecias no N.T.”.<sup>14</sup> Se essa hermenêutica é rigorosamente correta e se a afirmação acima pode ser provada é questão que pretendemos analisar.

## 2. Uma dicotomia rígida entre o Israel do A.T. e a Igreja do N.T.

Em todo livro de interpretação dispensacionalista “que se preze” certamente se encontrará esta regra áurea: **Israel significa Israel e Igreja significa Igreja**. O dispensacionalista nega qualquer relação entre o Israel do A.T. e a Igreja do N.T. e chega mesmo a dizer que não há no A.T. uma profecia sequer que se refira à Igreja. Seguindo a linha da chamada “interpretação literal”, diz que as profecias do A.T. foram feitas a Israel como nação terrena e devem se cumprir literalmente em Israel, como nação terrena. Os santos do A.T. não fazem parte da Igreja universal, a Noiva ou o Corpo de Cristo. São o povo terreno de Deus, enquanto a Igreja constitui o seu povo celestial. Tanto Scofield como Chafer, líderes dispensacionalistas do modelo clássico, eram de opinião de que a semente terrena, Israel, deverá passar a eternidade na nova terra e que a semente celestial, a Igreja, deverá passar a eternidade no céu.

De acordo com esse modo de pensar, a dicotomia entre Israel e a Igreja deve perdurar por toda a eternidade.<sup>15</sup> As seguintes citações documentam nossas declarações sobre esse ponto de vista. Diz C. I. Scofield:

Qualquer pessoa que leia a Bíblia, com verdadeiro interesse, jamais pode deixar de perceber que mais da metade do que contém é aplicada a uma só nação, isto é, aos israelitas. Há de perceber, ainda, que os judeus ocupam uma posição de destaque nos negócios e na Providência de Deus... Parece, também, que todas as comunicações de Jeová com Israel, como nação, têm relação com a terra. Sendo fiel e obediente, à nação israelita é prometida grandeza, riqueza e poder terrestres. Sendo, porém, infiel e desobediente, deverá ser espalhada “entre todos os povos, de uma até a outra extremidade da terra” (Dt 28.64). Mesmo a promessa do Messias é feita no sentido de que ele será uma bênção “para todas as famílias **da terra**”.

<sup>12</sup> O.J. Smith, *When the King Comes Back*, pp. 13-14, citado por W.E. Cox, op. cit., p. 1.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 2

<sup>14</sup> Cf. C. C. Ryrie, *Dispensationalism Today*, citado por G.E. Gunn, op. cit., p. 13.

<sup>15</sup> Cf. G.E. Gunn, op. cit., p. 136.

Continuando com suas pesquisas bíblicas, o estudioso descobre muitas menções da existência de um outro corpo distinto, que é chamado a **Igreja**. Este corpo também mantém uma relação peculiar com Deus e, como Israel, tem dele recebido promessas especiais. Mas a semelhança aí termina, iniciando-se um contraste dos mais dignos de nota. Em vez de ser constituída tão somente pelos descendentes de Abraão, é ela um corpo no qual desaparece a distinção entre judeu e gentio. Em lugar da relação se constituir de mero concerto, é ela constituída de um **nascimento**. Em lugar da recompensa, pela obediência, de grandeza e riqueza terrestres, a Igreja é instruída a se contentar com alimento e vestimenta e a esperar perseguição e ódio. É de perceber-se que, do mesmo modo como Israel fica ligado às coisas terrestres e temporais, a Igreja está ligada às coisas espirituais e celestiais.

As Escrituras ainda revelam que nem sempre existiu Israel ou a Igreja. Cada qual teve um princípio - Israel, com a chamada de Abraão, e a Igreja, no Pentecoste (contrário, talvez, às suas expectativas, pois tem sido provavelmente ensinado que Adão e os Patriarcas estão na Igreja), pois ela não existia antes, nem durante a vida terrena de Cristo, que, referindo-se à sua Igreja, o fez como tendo de ser estabelecida no futuro.

De Ef. 3. 5-10, o estudioso da Bíblia descobre que a Igreja não é nem uma vez sequer mencionada nas profecias do Antigo Testamento, mas era, nessa época, um mistério escondido em Deus. Descobre, sim, nas mesmas Escrituras, que o nascimento da Igreja aparece em Atos 2 e o término de sua carreira terrena em 1 Tessalonicenses 4.

Nas predições concernentes ao futuro de Israel e da Igreja, a distinção é ainda mais surpreendente. A Igreja será arrebatada inteiramente da terra, mas Israel, restaurado, deve ainda ter maior esplendor e poder terreno (grifos do autor).<sup>16</sup>

Em outra obra, C. I. Scofield declara:

A distinção, glória e destino de Israel serão sempre terrenos. Ele será também um povo espiritual, a possessão de Jeová. Não há, todavia, divisão entre o judeu salvo e o gentio salvo desta dispensação, estando ambos na igreja. Mas após completar-se a igreja e no fim desta dispensação, haverá, por necessidade, uma divisão. A “Santa Jerusalém” de Apocalipse 21 é a “noiva”, “ a esposa do Cordeiro”, para quem são os” novos céu”, enquanto que a “nova terra” será para Israel; o tabernáculo de Deus estará com eles, e “o próprio Deus estará com eles e será o seu Deus”. As bênçãos espirituais e celestiais distintivas do Novo Testamento são para a Igreja; aquelas outras da e sobre a terra, para Israel.<sup>17</sup>

Lewis Sperry Chafer, fundador e primeiro presidente do Seminário de Dallas, centro irradiador de dispensacionalismo, assim se expressa sobre a questão **Israel e Igreja**:

O judaísmo tem seu próprio campo de teologia com sua soteriologia (doutrina da salvação) e sua escatologia. O fato de que estes fatores de um sistema que ocupa três quartas partes do Texto Sagrado não sejam reconhecidos e tenham sido deixados no abandono pelos teólogos não significa que não existam, nem é prova de que sejam sem importância. Uma Teologia do Pacto produz a noção de que só há uma soteriologia e uma escatologia, e de que a eclesiologia, assim como a entendem, se estende desde o Éden até o grande trono branco. Os insuperáveis problemas exegéticos que tais suposições importunas produzem são facilmente descartados, não se lhes dando qualquer atenção. Por outro lado, a Escritura mantém-se harmônica e sua mensagem se esclarece quando é reconhecido que o judaísmo e o cristianismo são dois sistemas estabelecidos por Deus e quando se observam seus diferentes caracteres, sendo cada

<sup>16</sup> C.I. Scofield, *Manejando Bem a Palavra da Verdade* (São Paulo: Imprensa Batista Regular, 1959), pp. 7-9,13.

<sup>17</sup> *Dr. C.I. Scofield's Question Box* (Chicago: Moody Press, 1917), p. 70, citado por G.E. Gunn, op. cit., p. 137

sistema completo em si mesmo. Não importa quão ortodoxos puderam ser em matéria de inspiração, da deidade de Cristo, seu nascimento virginal e a eficácia de sua morte, ainda assim os teólogos do Pacto não têm avançado em sua exposição bíblica. Este grande campo de trabalho tem sido e é ocupado por aqueles que distinguem as coisas que se diferem, os quais, embora dêem toda atenção ao que já foi escrito, não estão presos por tradições teológicas. O judaísmo não é o botão que floresceu no cristianismo. Estes sistemas, de fato, têm aspectos que são comuns a ambos Deus, a santidade, Satanás, o homem, o pecado, a redenção, a responsabilidade humana, e os assuntos da eternidade contudo, eles introduzem diferenças tão vastas que não podem se juntar. Cada um estabelece sua base de relacionamento entre Deus e o homem - o judeu por nascimento físico, o cristão por nascimento espiritual; cada um provê suas instruções para a vida de seus adeptos - a lei para Israel, os ensinamentos da graça para a Igreja; cada um tem sua esfera de existência - Israel na terra, por todas as eras vindouras, a Igreja no céu. Com a finalidade de que a Igreja seja chamada dentre ambos, judeus e gentios, uma era peculiar e sem relação com as outras foi introduzida no contínuo programa divino na terra. É neste sentido que o judaísmo, que é a porção permanente da nação de Israel, cessou. Quando a Igreja tiver sido completada e houver saído da terra, o judaísmo será novamente a incorporação de todo o propósito divino no mundo.<sup>18</sup>

Em outra parte de sua “Teologia Sistemática” Chafer diz o seguinte:

O fato de que a revelação concernente tanto a Israel como à Igreja inclui a verdade acerca de Deus, da santidade, do pecado e da redenção pelo sangue, não elimina um conjunto maior de verdades em que se revela que os israelitas vêm a ser o que são por nascimento natural, ao passo que os cristãos vêm a ser o que são por nascimento espiritual; que os israelitas foram designados para viver e servir debaixo de um sistema meritório e legal, ao passo que os cristãos vivem e servem debaixo de um sistema de graça; que os israelitas, como uma nação, têm a sua cidadania agora e seu destino futuro se concentra somente na terra, estendendo-se até a nova terra que está por vir, ao passo que os cristãos têm sua cidadania e destino futuro centralizados somente no céu, estendendo-se até os novos céus que ainda hão de ser criados...<sup>19</sup>

Uma forma mais recente de dispensacionalismo, que aqui já foi chamada de neodispensacionalismo, admite que os santos de todas as épocas vão estar juntos na nova terra, na eternidade, mas mantém a mesma dicotomia, mesmo na eternidade, por excluir da Igreja, ou seja, do Corpo e da Noiva de Cristo, os santos do Antigo Testamento, assim como os santos da Tribulação e do Milênio (judeus convertidos nesses períodos). A esse grupo pertencem homens como Charles C. Ryrie, John F. Walvoord e J. Dwight Pentecost, como já foi dito, os quais são os de maior expressão, na atualidade, na defesa e propagação desse sistema. Como evidência de que essa dicotomia ainda é feita e continua a ser uma das premissas básicas do sistema, citaremos também algumas de suas afirmações. Assim se expressa Ryrie:

Que Deus continua sua obra de redenção chamando um povo para o seu nome na Igreja, o Corpo de Cristo, alegremente afirmamos, mas também insistimos em que esse Corpo de Cristo é diferente de qualquer corpo anterior de pessoas redimidas, em sua natureza, características, tempo e promessas.<sup>20</sup>

Por sua vez, J. Dwight Pentecost afirma:

As bodas do Cordeiro são um evento que, evidentemente, envolve somente Cristo e a Igreja... Embora seja impossível eliminar (santos do Antigo Testamento e da tribulação)

<sup>18</sup> L.S. Chafer, *Teologia Sistemática* (Dalton: Publicaciones Españolas, 1974, Tomo II), pp. 253-254.

<sup>19</sup> L.S. Chafer, op. cit., p. 31.

<sup>20</sup> C.C. Ryrie, *Dispensationalism Today*, p. 144, citado por G.E. Gunn, op. cit., p. 138.

do lugar de observadores, eles não podem estar na posição de participantes do próprio evento.<sup>21</sup>

### **3. A teoria de que o período da Igreja é um parêntese imprevisto no programa judaico profetizado no Antigo Testamento**

Já vimos citações segundo as quais a Igreja não foi profetizada no A.T. e que Israel só espera a retirada da Igreja deste mundo para que seja de novo chamado à cena a fim de desempenhar o seu importante papel no programa divino. Tais idéias levaram necessariamente os dispensacionalistas a concluir que a era ou período da Igreja não foi previsto na profecia do A.T. e só foi inserido no programa divino devido à rejeição do Messias pelos judeus. Não tivessem os judeus rejeitado a Jesus, a era do reino judaico teria começado na primeira vinda de Cristo. Com a rejeição, houve um intervalo ou interrupção no programa judaico para que a Igreja tivesse a “sua vez”, devendo esse programa ser retomado logo após o arrebatamento, ou seja, no fim da dispensação da Igreja.

As seguintes afirmações comprovam, nas palavras dos expoentes dispensacionalistas, o que é a teoria e como ela é um desenvolvimento lógico da hermenêutica “literalista” desse movimento: Diz L. S. Chafer:

Para os que estão acostumados à ordem religiosa que se tem obtido por mil e novecentos anos, é essencial a capacidade de se formar uma imagem mental da inovação transformadora que representa o lançamento de um projeto divino completamente novo e imprevisto. Até aquele tempo o judaísmo não só havia ocupado o campo, como havia sido produzido, promovido e abençoado por Deus. Era a vontade de Deus para o seu povo neste mundo. Os beneficiários do judaísmo estavam como que entrincheirados em sua posição religiosa e em suas convicções, e muito bem sustentados por sanções divinas como estão os crentes mais ortodoxos hoje.

O novo programa divino intencionalmente não havia sido revelado antes de sua inauguração. Veio, portanto, não só de modo muito repentino como também totalmente sem qualquer revelação do Antigo Testamento. O caso seria quase paralelo se, neste tempo atual, um projeto novo e imprevisto fosse imposto para substituir o Cristianismo. O preconceito obstinado e a resistência violenta que surgiram na mente judaica estão na proporção direta da sinceridade com que o indivíduo judeu estimava seus privilégios de longos anos. Somado a tudo isso e calculado para tornar a nova empresa divina muitas vezes mais difícil foi seu ousado anúncio de que os desprezados gentios seriam colocados em pé de igualdade com os judeus....

Desta forma, o primeiro concílio de igrejas chegou à conclusão de que um novo propósito divino havia sido introduzido e que, quando esse propósito chegasse à sua conclusão, Deus retomaria o programa judaico e o levaria à sua consumação predita. O documento da decisão desse notável congresso se encontra em Atos 15. 13-18.<sup>22</sup>

Realmente, o novo e até aqui não revelado propósito de Deus no chamamento de um povo celestial dentre os judeus e os gentios é tão divergente com respeito ao propósito divino para com Israel, propósito que precedeu a esse e ainda o seguirá, que o termo “parentético”, comumente empregado para descrever o propósito da nova era, é incorreto. Uma porção parentética mantém certa relação direta ou indireta com o que precede ou com o que segue; porém, a presente era não está relacionada desta forma e, portanto, é mais preciso chamá-la de “intercalação”. A exatidão deste termo se verá no fato de que, como uma interpolação é formada pela inserção de uma palavra ou frase em

<sup>21</sup> J.D. Pentecost, *Things to Come*, p. 227, citado por G.E. Gunn, op. cit., p. 139.

<sup>22</sup> Se Chafer lesse mais atentamente essa passagem veria que ela associa o cumprimento de uma promessa do A.T., a reedificação do tabernáculo de Davi, à Igreja, o que é exatamente o que ele pretende negar.



um contexto, da mesma forma uma intercalação é formada pela introdução de um dia ou um período de tempo no calendário. A presente era da Igreja é uma intercalação no calendário ou programa revelado de Deus, do modo como esse programa foi previsto pelos profetas do passado. Esse é, na verdade, o caráter preciso da presente era.<sup>23</sup>

Na mesma linha de pensamento diz o dispensacionista contemporâneo Charles C. Ryrie:

A Igreja não está cumprindo em nenhum sentido as promessas feitas a Israel...O período da Igreja não é visto no programa de Deus para com Israel. É uma intercalação...A Igreja é um mistério no sentido em que esteve completamente oculta no Antigo Testamento e foi agora revelada no Novo Testamento.<sup>24</sup>

A interpretação das setenta semanas de Daniel 9. 20-27 é também usada como evidência de que o período da Igreja não foi profetizado no A.T., pois essas semanas fazem referência apenas ao programa divino para Israel, estando aquele período compreendido entre a 69ª e a 70ª semana, conforme esse modo de interpretar.

Além desses três pontos que podem ser considerados básicos para a interpretação dispensacionista, há outros que são decorrência natural de sua hermenêutica e que, igualmente, trazem consigo sérias implicações doutrinárias. Dentre esses, mencionaremos os seguintes:

#### a) A divisão de todo o programa de Deus para a humanidade em sete dispensações

Aliás, vem daí, desse ensino, o termo “**dispensacionalismo**” pelo qual o sistema é conhecido. Embora a palavra “dispensação” signifique literalmente “administração” ou “mordomia” (derivada de *oikonomia* - *oikonomia* - Ef. 3. 2), ela é empregada pelos dispensacionistas para designar “**um período de tempo durante o qual o homem é testado quanto à sua obediência a alguma revelação específica da vontade de Deus**”, segundo a própria definição de Scofield (que é a mesma do “Dicionário Aurélio”).<sup>25</sup> É dito que cada uma dessas dispensações termina com o fracasso humano e o inevitável juízo de Deus. Diz Scofield:

Esses períodos se distinguem nas Escrituras por uma mudança no método divino de tratar a humanidade, ou parte dela, no que se refere a estas duas grandes verdades **pecado e responsabilidade humana**. Cada Dispensação pode ser considerada como uma prova para o homem natural e termina sempre em juízo, demonstrando assim o seu completo fracasso...Cinco dessas dispensações, ou períodos de tempo, já se consumaram. Estamos vivendo na sexta, cujo término, segundo tudo faz crer, está para breve. A sétima, ou a última, ficará para o futuro - **É o Milênio** (negritos do autor).<sup>26</sup>

As chamadas **dispensações** são as seguintes: 1ª) **Da Inocência**, que começou com a criação de Adão, e terminou com a sua expulsão do Éden; 2ª) **Da Consciência**, que começou com a expulsão do Jardim (consciência do bem e do mal) e terminou com o dilúvio; 3ª) **Do Governo Humano**, que começou com o dilúvio e terminou com a confusão das línguas; 4ª) **Da Promessa**, que começou com Abraão e terminou com a escravidão no Egito; 5ª) **Da Lei**, que começou no Sinai e terminou com a expulsão de Israel e Judá da terra de Canaã; 6ª) **Da Graça**, a atual, que começou com a morte de

<sup>23</sup> C.S. Chafer, op. cit., pp. 41-42.

<sup>24</sup> C.C. Ryrie, *The Basis of the Premillennial Faith*, p. 136, citado por G.E. Gunn, op. cit., p. 135.

<sup>25</sup> *The Scofield Reference Bible* (New York: Oxford University Press, 1945), p. 5, nota 4.

<sup>26</sup> C.I. Scofield, *Manejando Bem...*, p. 18.

Cristo e terminará com o arrebatamento da Igreja; 7<sup>a</sup>) **Do Reino**, que começará com a Segunda Vinda de Cristo e terminará com o juízo do Grande Trono Branco - é também chamada de **Dispensação do Milênio**.

**b) A dubiedade a respeito do modo de salvação no Antigo Testamento, dando a entender a possibilidade de salvação pelas obras**

Este é um dos pontos mais delicados do sistema dispensacionalista e aquele em que tem havido mais hesitação e duplicidade. Embora neguem que o sistema ensine a salvação à parte da fé, não se pode deixar de entender isso nas declarações de seus expositores, pelo menos os do dispensacionalismo clássico. Há até quem alegue que as sete dispensações acabam criando sete diferentes planos de salvação. A rígida distinção entre Israel e Igreja e lei e graça leva o dispensacionalista a conclusões indesejáveis, mas inevitáveis, no que diz respeito ao modo de salvação. Grover E. Gunn, coloca assim o problema do dispensacionalista:

Os dispensacionalistas reconhecem que se os santos do Antigo Testamento estão em Cristo, do modo como Paulo usou esse termo, então os santos do Antigo Testamento estão na igreja universal (1Co 12. 13.), e isso efetivamente destruiria a dicotomia dispensacional entre Israel e a Igreja. Um povo de Deus salvificamente unificado através das eras é um conceito contrário às pressuposições fundamentais do dispensacionalismo. Esse preconceito dispensacional básico contra a unidade salvífica do povo de Deus em Cristo, através das eras, é, conforme penso, a principal fraqueza no ensino dispensacionalista sobre a salvação no Antigo Testamento.<sup>27</sup>

Embora dispensacionalistas atuais reclamem que os críticos desse sistema são injustos ao atribuir-lhe dois diferentes modos de salvação, como na seguinte citação de Ryrie feita por Gunn, segundo a qual “nem os mais antigos nem os mais novos dispensacionalistas ensinam dois modos de salvação, e não é justo tentar fazê-los ensinar assim”,<sup>28</sup> repetimos:- não se pode entender de outra forma as palavras de L. S. Chafer, que passamos a citar:

Deve-se observar aqui uma distinção entre os homens justos do Antigo Testamento e os justificados de acordo com o Novo Testamento. De acordo com o Antigo Testamento, os homens eram justos porque eram verdadeiros e fiéis na guarda da Lei Mosaica... **Os homens eram, portanto, justos por causa de suas próprias obras para com Deus, ao passo que a justificação do Novo Testamento é a obra de Deus para com o homem, em resposta à fé (Rm 5. 1)** (negritos meus).<sup>29</sup>

A Lei de Moisés apresenta um pacto de obras para ser cumprido na energia da carne; os ensinamentos da graça apresentam um pacto de fé para ser cumprido na energia do Espírito.<sup>30</sup>

O Sermão do Monte é a expansão do sentido pleno da justiça pessoal que é requerida no reino. As grandes palavras nesta era são “crer” e “graça”. Nenhuma vez estas palavras aparecem em conexão com os ensinamentos de Mateus 5 - 7.<sup>31</sup>

Os ensinamentos do reino, como a Lei de Moisés, são baseados em um pacto de obras. Os ensinamentos da graça, por outro lado, são baseados num pacto de fé. Em um dos casos, a justiça é requerida; no outro, ela é provida, quer imputada e comunicada ou, então,

<sup>27</sup> G.E. Gunn, op. cit., p. 351.

<sup>28</sup> C.C. Ryrie, *Dispensationalism Today*, p. 207, citado por G.E. Gunn, op. cit., pp. 348-349.

<sup>29</sup> L.S. Chafer, *Systematic Theology* (Dallas: Dallas Seminary Press, 1948), v. 7, p. 219, citado por G.E. Gunn, op. cit., p. 345.

<sup>30</sup> *Ibid.*, v. 4, p. 211; *ibid.*, p. 346.

<sup>31</sup> *Ibid.*, v. 4, p. 215; *ibid.*, p. 346.

operada interiormente (infundida). Uma é uma bênção a ser conferida por causa de uma vida perfeita, a outra é uma vida a ser vivida por causa de uma bênção perfeita já recebida.<sup>32</sup>

Sob a graça, o fruto do Espírito **É**, o que indica a presente posse da bênção através de pura graça; ao passo que sob o reino, a **bênção SERÁ para os que a merecerem pelas suas próprias obras** (negritos do autor citado).<sup>33</sup>

Nesta era, Deus está tratando com os homens na base de sua graça como ela se apresenta em Cristo. Seu trato com os homens na era vindoura se baseia em uma relação muito diferente. Naquela ocasião, o Rei governará com uma vara de ferro. Não há qualquer menção da cruz ou da graça nos ensinamentos do reino.<sup>34</sup>

É estranho, na verdade, que homens que têm sido honrados como teólogos de primeira magnitude não vejam a diferença entre a proclamação de um reino terreno endereçada a uma nação eleita, para ser estabelecido em bases legais, e a proclamação de uma mensagem de graça que diz respeito apenas a indivíduos, judeus e gentios em pé de igualdade, sob o pecado, e que oferece em soberana graça àquele que crê em Cristo, que seja posto em condições de ser participante da herança dos santos em luz.<sup>35</sup>

“O caminho estreito e apertado” é um resultado do mérito e justiça pessoal e está muito longe da salvação, a qual provê uma justificação perfeita e eterna baseada em uma aceitação no Amado. O cristão foi salvo por um ato de fé e não por perseverar inflexivelmente em um caminho estreito....Aqui não há descanso na obra terminada de Cristo (cf. Hb 4. 9); tudo é mérito pessoal como base da esperança para se entrar no reino dos céus.<sup>36</sup>

Assim se pode concluir que os ensinamentos da lei, os ensinamentos da graça e os ensinamentos do reino são sistemas de regras divinas, separados e completos, que se adaptam perfeitamente às variadas condições de três grandes dispensações. **OS ENSINOS DE MOISÉS E OS ENSINOS DO REINO SÃO PURAMENTE LEGAIS, AO PASSO QUE AS INSTRUÇÕES PARA O CRENTE DESTA DISPENSAÇÃO ESTÃO EM CONFORMIDADE COM A MAIS PURA GRAÇA** (maiúsculas e negritos do autor citado).<sup>37</sup>

Todas essas citações deixam bem claro, ao nosso ver, que pelo menos os dispensacionalistas mais antigos, como Chafer, acreditavam em diferentes modos de salvação para os “santos do Reino” (A.T. e Milênio) e para os “santos da Igreja” (“dispensação atual”). Não é sem razão que Grover E. Gunn, de cuja obra extraímos todas essas citações, tenha se admirado de que Ryrie, que foi aluno de Chafer no Seminário de Dallas, pudesse afirmar que nem os dispensacionalistas mais antigos nem os mais novos ensinam dois modos de salvação.<sup>38</sup>

Bem antes de Chafer, Scofield já havia escrito em sua “Bíblia Anotada” as seguintes palavras: “Como uma dispensação, a graça começa com a morte e ressurreição de Cristo...**O ponto de teste não é mais a obediência legal como a condição de salvação, mas a aceitação ou rejeição de Cristo, com as boas obras como fruto da salvação**” (negritos meus).<sup>39</sup> A dedução lógica extraída desta afirmação

<sup>32</sup> Ibid., v. 4, pp. 215-216; ibid., p. 347.

<sup>33</sup> Ibid., v. 4, p. 219; ibid., p. 347.

<sup>34</sup> Ibid., v. 4, p. 222; ibid., p. 347.

<sup>35</sup> Ibid., v. 5, p.101; ibid., pp. 347-438.

<sup>36</sup> Ibid., v. 5, pp. 110-11; ibid., p. 348.

<sup>37</sup> Ibid., v. 4, p. 225; ibid., p. 348.

<sup>38</sup> Cf. G.E. Gunn, op. cit., p. 348.

<sup>39</sup> *The Scofield Reference Bible*, p. 1115, nota 2.

é de que, antes da “graça” as pessoas eram salvas pela obediência à lei, mas agora, pela aceitação de Cristo. A expressão “não é mais” indica que antes o era, no entender de Scofield.

### c) A dicotomia radical entre os conceitos de Reino e Igreja devido à divisão de épocas ou dispensações distintas

A Confissão de Fé de Westminster declara que “A Igreja Visível...é o Reino do Senhor Jesus...” Com isso o dispensacionalista jamais concorda. Ele ensina que Jesus, na sua primeira vinda, ofereceu o Reino à nação judaica, entendendo-o como terreno e político. Se os judeus tivessem aceitado a Jesus como o Messias, Ele teria restabelecido o antigo reino político de Davi de modo mais exaltado e extenso e teria cumprido assim as profecias do A.T.. Diante da rejeição do Messias pelos judeus, como nação, a oferta do Reino foi suspensa e adiada até o futuro reino judaico do Milênio, dando ensejo à inserção do período da Igreja nesse intervalo, que é chamado de “parêntese” no programa divino para com Israel e as nações. A presente era, portanto, que é a da Igreja, nada tem a ver as profecias do Reino. O reino que Cristo exerce hoje sobre a Igreja nada tem a ver com o Pacto Davídico (base das promessas do Reino) ou com as profecias messiânicas, conforme o dispensacionalismo.

Essa dicotomia é paralela à que é feita entre Israel e a Igreja e dela depende, pois no conceito dispensacionalista, as promessas do Reino (Davídico) são feitas apenas para Israel como nação, nunca para a Igreja. Diz John F. Walvoord:

Se for adotada uma interpretação literal, a presente entronização de Cristo não é um cumprimento do pacto, o qual deve referir-se ao futuro. Está claro que, no presente, Cristo não está em qualquer sentido literal reinando sobre o reino de Davi.

Uma promessa literal espiritualizada é fraude exegética. A característica do pacto davídico é que o Filho de Davi irá possuir o trono de seu pai Davi. Considerar a sua pessoa literal mas seu trono um conceito espiritualizado é anular a promessa.

O Novo Testamento é totalmente carente de ensino positivo de que o trono do Pai no céu deva ser identificado com o trono Davídico. Está clara a inferência de que Cristo está assentado no trono do Pai, mas isto não é, de forma alguma, a mesma coisa que estar assentado no trono de Davi.<sup>40</sup>

### d) A divisão do Evangelho em quatro formas diferentes

No esforço de mostrar a diferença no modo de Deus tratar cada grupo de pessoas em cada diferente dispensação, o sistema acabou criando quatro formas diferentes de Evangelho. Elas estão descritas na Bíblia Anotada de Scofield da seguinte forma:

(1) **O Evangelho do reino.** São as boas novas de que Deus Se propõe a estabelecer na terra, em cumprimento ao Pacto Davídico (2 Samuel 7. 16 e refs.), um reino político, espiritual, israelítico e universal, sobre o qual o Filho de Deus, herdeiro de Davi, será Rei, e que será, por mil anos, a manifestação da justiça de Deus nos negócios humanos.

Duas pregações deste Evangelho são mencionadas; uma passada, começando com o ministério de João Batista, continuando por nosso Senhor e Seus discípulos, e terminando com a rejeição judaica do Rei. A outra é ainda futura (Mateus 24.14), durante a grande tribulação, e imediatamente precedendo a vinda do Rei em glória.

<sup>40</sup> J.F. Walvoord, *The Millennial Kingdom*, pp. 199,200,203, citado por G.E. Gunn, op. cit., p. 325.

(2) **O Evangelho da graça de Deus.** São as boas novas de que Jesus Cristo, o Rei rejeitado, morreu na cruz pelos pecados do mundo, ressuscitou dos mortos para a nossa justificação, e que, por ele, todos os que crêem são justificados de todas as coisas. Esta forma do Evangelho é descrita de diversas maneiras.

(3) **O Evangelho eterno** (Ap 14.6). É o que deverá ser pregado aos moradores da terra no final da grande tribulação e imediatamente antes do julgamento das nações (Mt 25.31 e refs.). Não é nem o Evangelho do reino nem o da graça. Embora o seu tema seja julgamento, não salvação, significa boas novas para Israel e para aqueles que forem salvos durante a tribulação (Ap 7.9-14; Lc 2.28; Sl 96.11-13; Is 35. 4-10).

(4) **O que Paulo chama de “meu Evangelho”** (Rm 2.16 e refs.). Este é o Evangelho da graça de Deus em seu mais pleno desenvolvimento, mas inclui a revelação do resultado desse Evangelho na chamada da igreja, suas relações, posição, privilégios e responsabilidade. É a verdade distintiva de Efésios e Colossenses, porém, interpenetra todos os escritos de Paulo.<sup>41</sup>

De acordo com essa teoria, João Batista, Jesus e os apóstolos e, depois, Paulo, não pregaram a mesma coisa. Não era o mesmo evangelho, apenas acrescido de novas revelações, mas evangelhos de conteúdo e temas diferentes. Até que o Reino fosse rejeitado pelos judeus, João Batista e o próprio Jesus pregaram um evangelho “judaico”, terreno, político. Depois que seu plano de estabelecer o Reino foi frustrado pelos judeus, Jesus mudou sua pregação e começou a anunciar o Evangelho da graça, isto é, da sua morte e ressurreição, até o fim de seu ministério terreno. Esse mesmo evangelho foi pregado pelos apóstolos até Paulo, a quem foi dado conhecer melhor ou, pelo menos, revelar o “mistério” da Igreja.II

#### **e) A interpretação das Escrituras de acordo com o sistema de dispensações diferentes para grupos e épocas diferentes**

Não se trata apenas de reconhecer que é preciso, para uma boa interpretação bíblica, saber para quem Deus está falando e a respeito do que está falando. É todo um sistema que, por entender que as Escrituras foram dadas “dispensacionalmente” (isto é, diferentes passagens foram dadas a dispensações totalmente diferentes e separadas), acaba por defender e adotar um método de fragmentação da verdade bíblica. Acaba-se com todo o princípio de unidade e continuidade da revelação bíblica, a não ser dentro daquela mesma “dispensação”. É o que chamam de interpretar a Bíblia “dispensacionalmente”. “Distingam-se as épocas e as Escrituras se harmonizam”, diz Scofield na introdução de “sua” Bíblia, citando Agostinho.<sup>42</sup> Curiosamente, porém, Agostinho identificava o Reino de Deus com a Igreja.<sup>43</sup>

Um exemplo de como esse princípio é levado ao extremo pode ser visto nesta declaração de Samuel Ladeira: “Em 1Co 10.32 está o verso chave para todo estudo e interpretação da Bíblia” .<sup>44</sup>

O texto de 1Coríntios 10. 32 diz: “Não vos tomeis causa de tropeço nem para judeu, nem para gentios, nem tão pouco para a igreja de Deus”. A simples menção de três grupos aí é suficiente para um dispensacionalista concluir que a própria Bíblia divide a humanidade em três partes distintas e se dirige a essas partes (grupos)

<sup>41</sup> *The Scofield Reference Bible*, p. 13.

<sup>42</sup> *Ibid.*, p. III.

<sup>43</sup> *Cidade de Deus*, XX 6-10.

<sup>44</sup> S.C. Ladeira, *Pequenos Estudos Bíblicos sobre Profecias e Dispensações*, p. 21.

separadamente, de maneira sistemática, e que esse texto fornece a “chave para todo estudo e interpretação da Bíblia”.

“Manejar bem a palavra da verdade” (2Tm 2.5), conforme a interpretação dispensacionalista, é estudar a Bíblia desta maneira, dispensacionalmente. M. R. DeHaan, um pregador de rádio que muito contribuiu para a divulgação desse sistema nos Estados Unidos, escreveu o seguinte:

A regra seguinte é a do correto manuseio da Palavra da verdade. Em 1 Timóteo 2.15, Paulo escreveu a Timóteo: “Procura apresentar-te a Deus, aprovado, como obreiro que não tem de que se envergonhar, que maneja bem a palavra da verdade”. A expressão “que maneja bem”, aqui empregada, é tirada dos sacrifícios do Antigo Testamento, e significa “cortar direito”. Por isso mesmo a tradução da Bíblia para o holandês diz “Recht Snijdt” ou “cortar direito”. Para entender o que isso quer dizer, deixe-me levá-lo até os sacrifícios do Antigo Testamento. Quando o ofertante trazia um cordeiro ou outro sacrifício qualquer, o mesmo era dividido em três partes (exceto no caso da oferta queimada, que era posta inteira sobre o altar). Uma parte era oferecida a Deus, outra parte era oferecida àquele que trouxera a oferta, enquanto que a terceira partilha cabia ao sacerdote. É dessa prática que foi emprestada a expressão “que maneja bem”. Significa simplesmente, dar a cada qual o que lhe pertence de direito. Ora, no estudo da Bíblia você deve ser muito cauteloso em dar à Igreja aquilo que pertence ao Corpo de Cristo, a Israel aquilo que pertence a Israel, e aos gentios aquilo que pertence aos gentios. Assim como o sacrifício era dividido ou cortado em três partes, também a Bíblia informa-nos que existem três espécies de povos neste mundo na presente dispensação. Em 1 Coríntios 10.32, Paulo escreve: “Não vos torneis causa de tropeço nem para judeus, nem para gentios, nem tão pouco para a Igreja de Deus”. Quando estiver estudando a Bíblia, portanto, antes de mais nada, certificar-se para quem Deus está falando antes de fazer sua aplicação. Não misture Israel com a Igreja, nem a fé com as obras, nem a lei com a graça, nem a Igreja com o reino, nem o céu com o milênio. Disso só poderá resultar confusão e tolice.<sup>45</sup>

Analisando esse sistema de interpretação, William E. Cox diz que alguém que tomasse cada versículo da Bíblia e o atribuísse a uma dessas três categorias - judeu, gentio e cristão, e publicasse a Bíblia em três seções separadas, estaria prestando um serviço valioso, se esse fosse o método correto de se manejar (dividir) bem a Palavra de Deus.<sup>46</sup>

Cox ilustra como isso é feito citando as seguintes palavras de William L. Pettingill, ardoroso defensor da Bíblia de Scofield e ex-deão da Escola Bíblica de Filadélfia, fundada pelo próprio Scofield:

Eu estou de há muito convencido e tenho ensinado que a Grande Comissão de Mateus 28. 19,20 é aplicável primariamente ao Reino e não à Igreja....A comissão de Mateus entrará em vigor para o Remanescente Judaico depois que a Igreja for arrebatada.<sup>47</sup>

Pelo mesmo método de interpretação, ainda segundo Cox, esse grupo ensina que os cristãos não devem fazer a oração do “Pai Nosso”, pois esta era uma oração judaica a ser feita (pelos judeus) em uma época posterior.<sup>48</sup>

<sup>45</sup> M.R. DeHaan, *15 Regras Simples sobre Como Estudar a Sua Bíblia* (São Paulo: Imprensa Batista Regular), pp. 44-45.

<sup>46</sup> Cf. W.E. Cox, op. cit., p. 23.

<sup>47</sup> W.L. Pettingill, *Bible Questions Answered*, p. 112, citado por W.E. Cox, op. cit., p. 23.

<sup>48</sup> Cf. W.E. Cox, op. cit., p. 23.

### III. AVALIAÇÃO DESSAS PREMISSAS BÁSICAS

#### 1. A primeira das premissas desse sistema está relacionada com o conceito de interpretação literal das Escrituras, especialmente das profecias do A.T..

“**Interpretação literal das Escrituras**” não é um conceito definido em si mesmo. Diferentes pessoas tem diferentes idéias sobre o assunto. O princípio, em si, não é propriedade exclusiva nem privilégio dos dispensacionalistas. É regra aceita por todos os sistemas honestos de interpretação, especialmente os de linha ortodoxa. Mas o que significa a palavra “**literal**”?

Charles C. Ryrie afirma que interpretação literal é a que “dá a cada palavra o mesmo sentido que ela teria em uso normal, quer empregada na escrita, fala ou no pensamento”, o que ele depois identifica como “interpretação gramático-histórica”.<sup>49</sup>

Porém, como muito bem observa Gunn, o problema não está resolvido, porque alguém pode ainda perguntar o que é “uso normal”? Vê-se que a definição é tautológica, dado o aspecto subjetivo do problema.

M. R. DeHaan, ensinando interpretação literal, diz:

Leia a Bíblia literalmente, como faria com qualquer outro livro, crendo que Deus quer dizer exatamente o que afirma. Israel significa Israel, a Igreja significa a Igreja, uma pedra significa uma pedra, uma estrela significa uma estrela, **a não ser quando o contexto ou a estrutura indique claramente que se trata de um símbolo ou figura, e não devem ser tomados literalmente. O bom senso sempre indicará quando alguma coisa deve ser considerada literalmente, ou deve ser tomada simbolicamente** (negritos meus).<sup>50</sup>

A afirmação de DeHaan, feita no intuito de defender o princípio da literalidade com que as profecias sobre Israel devem ser tratadas, na verdade acaba deixando o juízo final com o “bom senso”, que é subjetivo, e destrói o próprio princípio que quer estabelecer, pelo silogismo adotado, se bem que verdadeiro.

A conclusão lógica é esta: se Israel é Israel e a Igreja é a Igreja, na Bíblia, no mesmo sentido em que uma pedra é uma pedra e uma estrela é uma estrela; se se puder provar que, em algumas passagens, uma pedra não significa uma pedra e uma estrela não significa uma estrela, então ficará provado também que igualmente em algumas passagens Israel pode não significar Israel e Igreja pode não significar a Igreja, no sentido em que entendem os dispensacionalistas. Isso provado, terá ruído todo o fundamento sobre o qual repousa a teoria da separação absoluta entre Israel e a Igreja e o princípio da literalidade absoluta das profecias, os quais estão baseados na suposição de que todas as profecias feitas no A.T. com relação a Israel deverão se cumprir literal e incondicionalmente em Israel, como nação terrena, visto que a Igreja não foi profetizada no Antigo Testamento.

Em Mateus 24.29 lemos as seguintes palavras de Jesus: “Logo em seguida à tribulação daqueles dias, o sol escurecerá, a lua não dará a sua claridade, as estrelas cairão do firmamento e os poderes do céu serão abalados”. Os dispensacionalistas geralmente interpretam esta passagem literalmente, dizendo que o sol escurecerá e as

<sup>49</sup> C.C. Ryrie, *Dispensationalism Today*, pp. 86-87, citado por G.E. Gunn, op. cit., p. 10.

<sup>50</sup> M.R. DeHaan, op. cit., p. 18.

estrelas de fato cairão do céu. Por “estrelas” costumam entender “meteoro”, visto que, sabidamente, as estrelas são, na sua maioria, milhões de vezes maiores do que a terra e se caíssem sobre ela (por absurda que seja a idéia) a devastariam completamente.

Ainda assim, restam alguns problemas com a interpretação: o primeiro é com respeito ao próprio termo “asteres” (estrelas) que apenas uma vez, em todo o seu uso bíblico, pode ser entendido como “meteoros”,<sup>51</sup> que é o uso de Judas 13. Nos demais casos, a idéia natural é de estrela mesmo, quer em sentido literal ou figurado. Porém, mesmo no caso de Judas 13, “meteoro - estrela cadente” ou “cometa”, seria ainda um uso figurado, visto que Judas está se referindo a homens (v. 12).

Outro problema é a questão do escurecimento do sol que, deixando de produzir luz e calor, jogaria todo o planeta em imediato congelamento. Alguém poderia objetar dizendo que para Deus “tudo é possível”, mas não é preciso ir tão longe para se entender a Bíblia. Os próprios dispensacionalistas admitem que, em alguns lugares, a Bíblia e as suas profecias não podem ser entendidas literalmente, no sentido exato de cada palavra. O mesmo M. R. DeHaan, de quem tomamos a declaração que estamos discutindo, diz que “em cada caso o contexto indicará se determinada passagem é literal ou simbólica” e dá um exemplo do próprio uso da palavra “estrela” em Apocalipse. Diz ele:

Em Apocalipse 8.10, lemos: “O terceiro anjo tocou a trombeta, e caiu do céu sobre a terça parte dos rios e sobre as fontes das águas uma grande estrela ardendo como tocha”. Ora, evidentemente temos aqui em vista uma estrela literal, um meteoro em fogo que cairá sobre a terra de conformidade com a estrutura simples desse versículo. Nada existe que indique não se tratar de estrela verdadeira ou de um meteoro. Porém, quando abrimos o mesmo livro do Apocalipse, no capítulo nove no primeiro versículo, encontramos menção sobre uma outra estrela caída do céu. Nesse caso o contexto indica claramente que essa não deve ser reputada como uma estrela literal...

A passagem deixa claramente subentendido que não se trata de uma estrela autêntica, pois lemos que “...foi-lhe dada a chave do poço do abismo...”. Note que fica a impressão de personalidade, atribuída à estrela, e assim ficamos sabendo que não se trata de uma estrela literal, mas antes, de um anjo descendo do céu.<sup>52</sup>

Em primeiro lugar, DeHaan identifica “estrela” com “meteoro”, na sua interpretação “literal”, o que não é correto no uso bíblico, como já vimos. Relevada, porém, essa “fraude exegética”, ainda fica a conclusão inevitável, extraída da própria argumentação desse autor. **Se em algum lugar “estrela pode não ser estrela” ou melhor ainda “não pode ser estrela”, como ele mesmo diz, então em outros, “Israel pode não ser Israel” ou, melhor ainda, “não pode ser Israel”.** Basta que isso seja demonstrado pelo “contexto”, pela “estrutura” e pelo “bom senso”, para usar o critério desse autor.

Curtis I. Crenshaw, ex-dispensacionalista e ex-aluno do Seminário de Dallas, que, juntamente com Grover E. Gunn, III, seu colega, escreveu a obra que temos usado como um dos referenciais básicos para esse trabalho (*Dispensationalism Today, Yesterday, and Tomorrow*), analisa esta questão da seguinte forma: Primeiro demonstra que a premissa de que “as profecias do A.T. referentes à primeira vinda de Cristo foram

<sup>51</sup> Ou cometas, como sugere W. Bauer in *A Greek-English Lexicon of the New Testament* (Chicago: The University of Chicago Press, 1952), p. 117.

<sup>52</sup> M.R. DeHaan, op. cit., pp. 19-20



todas cumpridas literalmente” não é verdadeira, pois a “hermenêutica dos apóstolos” prova o contrário. Tomando o capítulo dois de Mateus como exemplo, apresenta o modo como Mateus interpretou quatro profecias do A.T., relacionadas com a primeira vinda, no intuito de provar que ele era o Messias prometido.

A primeira delas diz respeito ao lugar onde nasceria Jesus (Belém de Judá - Mt 2. 5-6, predito pelo profeta Miquéias (5.2) e que **se cumpriu literalmente**. A linguagem usada por Miquéias não deixa dúvidas a Mateus, nem aos judeus em geral, de que se refere ao Messias e, corretamente, Mateus a aplica a Jesus, de modo literal.

A segunda citação de profecia está no v. 15 de Mateus 2 e diz respeito ao texto de Oséias 11.1. Mateus a aplica para a volta de Cristo do Egito, para onde tinha sido levado por sua mãe e por José. O texto de Oséias, porém, refere-se primariamente a Israel como povo e tem sua base em Êxodo 4.22-23. Por que Mateus, no entanto, o aplica a Jesus, o Messias? A única resposta, diz Crenshaw, “é que a nação de Israel era um tipo do Messias”. Temos aqui, então, no entender de Mateus, uma profecia de Cristo **cumprida tipologicamente**.

A terceira citação está nos vv. 17-18 e foi feita no contexto da matança dos meninos por Herodes. Mateus cita uma passagem de Jeremias 31.15 que, por sua vez, tem reflexos na passagem de Gênesis 35.16-19. Crenshaw entende que o texto reflete Gênesis 37, onde José, vendido por seus irmãos, foi tido como morto (vv. 31-37). Na passagem, Raquel chora por seus filhos, e Crenshaw pergunta:

O que tem a ver a matança das crianças no tempo de Cristo com a perda de Raquel? É muito improvável que Raquel seja um tipo de Maria e os filhos de Raquel, tipos dos filhos de Maria. Por que? Porque os filhos de Maria não foram mortos e os tipos do A.T. são designados para apontar a Cristo mesmo - e não a alguma figura menor. Não obstante, as circunstâncias entre os dois eventos são semelhantes. Portanto, deve-se concluir que **o cumprimento é analógico**, sendo as circunstâncias do N.T. semelhantes às do A.T. (grifos meus).<sup>53</sup>

O uso que Mateus fez dessa passagem de Jeremias. 31 é de difícil explicação. O cenário em que a referida passagem é colocada é o cativeiro de Israel na Babilônia, e Ramá não é Belém, embora se possa estabelecer uma relação entre ambas na história de Raquel. A associação seria a seguinte: Belém lembra Raquel, pois foi o lugar onde ela deu à luz a Benjamim e morreu (Efrata: Gn 35.16-20 e 48.7), e Ramá teria sido o lugar onde foi sepultada, perto de Belém, segundo uma das tradições.<sup>54</sup> A passagem não se refere diretamente à infância de Jesus. A única relação que ela guarda para com esse incidente é a perda dos filhos por parte de suas mães: Raquel, por um lado, e as mães de Belém, por outro. Ainda assim Mateus diz que “então se cumpriu o que fora dito, por intermédio do profeta Jeremias (v.17). Mateus interpreta o acontecimento histórico, relacionado com o Messias, como **cumprimento de profecia**.

O dispensacionalista, de acordo com seu sistema, está disposto a admitir que há figuras e tipos não literais, mas não **profecias**. Mateus entende **tanto um cumprimento figurado como um analógico**, caso dos dois últimos, como sendo **cumprimento de profecia** (vv. 15-17).

<sup>53</sup> C.I. Crenshaw, *Dispensationalism Today, Yesterday and Tomorrow* (Memphis: Footstool Publications, 1987), pp. 14-15.

<sup>54</sup> Cf. R.T. France, “Herod and the Children of Bethlehem”, *Novum Testamentum* 21, 1979: 98-120.

Voltando à análise de Crenshaw, uma quarta citação do A.T. em Mateus 2 é por ele classificada como **cumprimento de acordo com o sentido**. É a que se encontra no v. 23 e para a qual não se acha correspondente exato no A.T.. O versículo diz: “E foi habitar numa cidade chamada Nazaré, **para que se cumprisse o que fora dito, por intermédio dos profetas: Ele será chamado Nazareno**”. “Que profeta disse isto?” pergunta esse autor. E responde:

Os comentaristas têm procurado em todo lugar para encontrar essa citação, mas continuam embaraçados. A resposta, todavia, pode não ser difícil para o estudioso assíduo. Mateus usa a palavra profetas (plural) provavelmente fazendo uma referência ao sentido daquilo que os profetas disseram (Teria Jesus feito voto de nazireu?). Conseqüentemente, este é um **cumprimento de acordo com o sentido** (negritos meus).<sup>55</sup>

Calvino é de opinião que Mateus não deriva o nome “Nazareno” de Nazaré, como se essa fosse sua etimologia rigorosa e própria, mas faz apenas uma alusão. A palavra, segundo ele, vem de uma raiz que significa “santo” ou “separado” ou “devotado a Deus”, de onde vem o termo “nazireu”. Concorde com Bucser, um de seus contemporâneos a quem menciona com grande respeito, que a citação faz referência a Juizes 13.5, onde, na profecia do nascimento de Sansão, se diz o menino seria nazireu consagrado a Deus desde o ventre de sua mãe, e que começaria “a livrar Israel do poder dos filisteus”. Sansão é visto, então, como um tipo de Cristo pela sua função de “libertador do povo” e porque a salvação que ele proveu foi uma espécie de prelúdio da completa salvação que mais tarde viria através de Cristo.

O fato de Mateus usar a palavra “profetas” no plural, segundo Calvino, pode ser facilmente explicado não apenas porque o livro de Juizes foi escrito por muitos profetas, mas ainda porque José, que foi um salvador temporal da Igreja e, em muitos aspectos, uma figura vívida de Cristo, foi chamado “um nazireu de seus irmãos” (Calvino dá à palavra “distinguido” ou “separado” de Gn. 49.26 e Dt 33.16 a tradução de “nazireu”, por entender que ambas vêm da mesma raiz). Desta forma, segundo ele, a mesma honra que Deus havia conferido a José, conferiu a Sansão o título de “nazireu”. O objetivo divino é que os crentes, tendo recebido essas instruções anteriores, pudessem olhar mais fervorosamente para o Redentor que havia de vir, o qual deveria ser separado de todos, “a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos”! (Rm 8.29).<sup>56</sup>

Qualquer que seja a correta interpretação do uso que Mateus faz do termo “Nazareno”, o fato é que ele o aplicou para Jesus como sendo “cumprimento de profecia” e esse cumprimento **não pode ser considerado literal**, pois nem mesmo se conhece com exatidão qual é a profecia. Fica provado, portanto, voltando à argumentação de Crenshaw, que Mateus apresenta quatro diferentes usos de profecia no capítulo dois: **literal** (v. 5), **típica** (v. 15), **analógica** (vv. 17-18) e **de acordo com o sentido** (v. 23, que para Calvino seria também típica), e é curioso observar que em cada caso, exceto o primeiro - da literal, **Mateus diz que a profecia do A.T. foi cumprida**.<sup>57</sup>

Cai por terra, portanto, a premissa de que **todas** as profecias relacionadas com a primeira vinda de Cristo foram cumpridas literalmente. Quem ousaria questionar a hermenêutica de Mateus, inspirada pelo Espírito Santo? Mas esta não é a hermenêutica

<sup>55</sup> C.I. Crenshaw, op. cit., p. 15.

<sup>56</sup> Cf. J. Calvin, *Commentary on a Harmony of the Evangelists, Matthew, Mark, and Luke* (Grand Rapids: Baker Book House, 1981), v. I, pp. 162-165.

<sup>57</sup> Cf. C.I. Crenshaw, op. cit., pp. 14-15.

apenas de Mateus, mas de todos os autores do Novo Testamento, quando interpretam o Antigo. Não há aquilo que, *a priori*, possa ser chamado de “literalismo rígido”. O que encontramos é o princípio de que “**a Escritura interpreta a Escritura**”, seja literal, tipológica ou analogicamente.

Crenshaw alista 97 profecias diretas ou fortes alusões a profecias do A.T. referentes à primeira vinda de Cristo, citadas no N.T. e dessas, apenas 34, segundo sua interpretação, tiveram cumprimento literal, o que representa apenas 35,5%.<sup>58</sup> Como pode, então, alguém afirmar que não há cumprimento não literal de profecia messiânica, relacionada com a primeira vinda? Há textos do A.T. aplicados a Cristo, no N.T., que jamais aceitaríamos na base de nossos conceitos racionais se não estivessem lá e se não crêssemos que os autores do N. T. estavam sob inspiração divina. É verdade que se pode objetar que os apóstolos eram inspirados e, por isso, isentos de erro em sua metodologia. Concordamos que não temos qualquer garantia de que nossa interpretação seja infalível, mas se o Espírito levou os autores do N.T. a usarem tal metodologia significa que ela é possível, aceitável e correta. Que outra usaríamos? Com que autoridade?

Depois dessas considerações sobre a hermenêutica dos apóstolos relacionada com passagens cristológicas do A.T., podemos avançar e dizer que o mesmo foi feito por esses mesmos apóstolos com respeito à eclesiologia. Isso nos leva à avaliação da segunda premissa básica do dispensacionalismo.

## **2. A segunda das premissas é a da separação total entre Israel e a Igreja.**

Segundo esse sistema, a Igreja não foi profetizada (nem prevista) no Antigo Testamento. Por força desse pressuposto, seguem-se outras conclusões: que o período da Igreja é um parêntese (longo parêntese!) no programa principal de Deus para com seu povo especial - os judeus; que a Igreja só teve “a sua vez” porque Israel rejeitou a oferta do Reino que lhe foi feita por ocasião da primeira vinda do Messias; que o Reino de Deus (que pode incluir a Igreja) não é a mesma coisa que Reino do Céus; que o Milênio será o cumprimento da promessa do Reino do Céus (davídico); que o modo de salvação (aceitação por Deus) na dispensação do Reino é a obediência à lei, enquanto que na Igreja é a fé; que se Israel tivesse aceitado a oferta do Reino a cruz de Cristo teria sido evitada; que Deus trata a humanidade de diferentes modos, salvificamente, de acordo com cada dispensação, etc. etc..

Vê-se que a “doutrina” principal do dispensacionalismo é a da inteira separação entre Israel e Igreja, tudo ou quase tudo o mais dependendo e girando em torno desta questão. Se pudermos demonstrar que Israel e Igreja não se contrapõem um ao outro, mas se inter-relacionam e podem até ser identificados entre si, todo o sistema cairá de uma só vez. É o que acreditamos ser o ensino da Palavra de Deus e intencionamos comprovar pelos seguintes textos:

**a) Efésios 2.11-21:** Neste texto Paulo ensina o seguinte:

1. A posição dos gentios sem Cristo é contrastada com a dos gentios cristãos, em relação à velha aliança (pacto) e à nova, respectivamente. Os gentios na carne, chamados “incircuncisos” pelos judeus, naquele tempo (da incredulidade) estavam sem

<sup>58</sup> Cf. C.I. Crenshaw, op. cit., pp. 16-22.

Cristo, separados da **comunidade de Israel** e estranhos às alianças da promessa. A expressão “comunidade de Israel” (pol itei□a tou=□Israhl ) é a mesma para “**cidadania de Israel**” e significa que os gentios, antes da conversão, estavam sem o sinal ou selo da aliança (pacto) de Deus (v. 11). Em outras palavras, não tinham os benefícios da cidadania judaica. Ser membro da nação israelita não era, em si, garantia de salvação (Israel espiritual - judeu interiormente - Rm 2.28-29; 9.6-8) mas era muito importante, conforme Rm 3.1-2; 9.4-5. A salvação vem os judeus, disse Jesus (Jo 4.22).

Dessa forma, Paulo mostra aos crentes gentios a sua pobreza espiritual quando estavam sem Cristo e separados da comunidade judaica . Os convertidos gentios do A.T. tinham que se fazer judeus (circuncisão) e se submeter à forma de culto do judaísmo, embora só isso não fosse suficiente, como não o era para os judeus na carne. Era preciso ser crente, “judeu interiormente”. A base do relacionamento entre Deus e seu povo, em todas as épocas, está estabelecida no Pacto Abraâmico (Gn 12.1-3; 17.4-8 (esp.7)). É este o sentido da palavra “**promessa**”, ou seja, o concerto a que a palavra está ligada. Os gentios eram “estranhos às alianças da promessa”, e, por conseguinte, “sem Deus no mundo”.

A menção à **promessa** é importante para se entender o que é estar sem Cristo em relação à “antiga aliança”. Os judeus, embora não conhecessem historicamente a pessoa de Jesus, não obstante, conheciam o Messias (Cristo é a mesma palavra para Messias em grego, que significa “**Ungido**”) através das promessas da Aliança (Pacto). Maria, em seu cântico, faz menção da misericórdia de Deus para com Abraão e sua descendência, conforme a “**promessa**” (Lc 1.54-55). Paulo, pregando aos judeus em Antioquia da Psídia, faz referência à “**promessa**” como estando ligada à pregação do Evangelho e especialmente à ressurreição de Jesus: At. 13.17,22-23,26,32-34. No v.32 o Evangelho é chamado de “evangelho da promessa feita a nossos pais”. Devemos nos lembrar que esta não é a mensagem de João Batista, nem de Jesus antes de sua morte, que os dispensacionalistas afirmam ter sido dirigida aos judeus na oferta do “Reino Davídico”, mas é a mensagem de Paulo que, segundo Scofield e seus seguidores, teve um Evangelho da Graça “mais completo”.

2. Os judeus espirituais (“interiormente”) desta forma, estavam “**em Cristo**” mesmo estando na “velha aliança”. Estando agora “**em Cristo**” os gentios, na nova aliança, formam um “novo homem” com os judeus e “**um só corpo**”, segundo os versículos 13-17, tendo, ambos os grupos étnicos, acesso ao Pai em “**um Espírito**”. O “**novo homem**” e o “**um só corpo**” não significam a Igreja-dispensação, no sentido em que querem os dispensacionalistas, pois o contexto faz ligação com Israel como corpo e não como indivíduos.

O v. 19. diz: “**assim já não sois estrangeiros e peregrinos mas concidadãos dos santos e sois da família de Deus**”. A palavra “**peregrinos**” aqui empregada (pátoikoi) significa literalmente “**os fora da casa**” ou mais literalmente ainda “**os ao lado da casa**”. É usada em Êxodo 12.45 (LXX) para designar os estrangeiros que, mesmo morando em Israel, não eram cidadãos e não podiam comer a Páscoa. Já a palavra “**concidadão**” (sumpoli□tai) está intimamente relacionada com a “**comunidade**” ou “**cidadania**” (pol itei□a) do v. 12, ao mesmo tempo em que a expressão “**família de Deus**” (oi□kei□oi tou=qeou) é paralela, em antítese quase, a “**peregrinos**” (pátoikoi). O texto, quando lido no grego, torna-se ainda mais claro e enfático ao mostrar a mudança de *status* que ocorreu com aqueles crentes gentios

quando creram em Cristo. Aqueles que não tinham “**cidadania**” (πολιτεία) são agora “**concidadãos dos santos**” (συνπολιταί); eram “**peregrinos**” ou “**estrangeiros**” (παροίκιοι), mas agora são “**da família**” ou “**da casa de Deus**” (οἰκεῖοι τοῦ θεοῦ). Podem agora comer a “**Páscoa da Nova Aliança**”. É importante notar que a palavra “**casa**” (οἶκος) é um termo de grande significado para representar o povo de Deus, tanto no Antigo como no Novo Testamento (Nm 12.7; 1Tim. 3.15; Hb 3.5,6).

3. As expressões “**estar longe**” e “**estar perto**” dos versos 13 e 17 fazem referência à situação dos gentios “sem Cristo” e dos judeus em relação à antiga aliança, como vimos pelo contexto. Os vv. 14 e 15, não obstante, ensinam que de ambos foi feito um “**novo homem**”, sendo feita a paz pelo sangue de Cristo. Há, então, dois aspectos, ou duas verdades sobre a transição de um para outro pacto, da Antiga para a Nova Aliança. Um dos aspectos é a continuidade, como já foi demonstrado, mas o outro é a novidade no Pacto. Ambos são administrações temporais do eterno Pacto da Graça. O Pacto continua; agora, porém, alcançando maturidade e plenitude na administração do chamado “Novo Pacto”.<sup>59</sup>

Os gentios cristãos não se tornaram membros do Israel do Antigo Testamento, como queriam os judaizantes (a questão discutida em Gálatas, especialmente em 5.1-12), mas de um novo corpo que foi a continuação do verdadeiro Israel de Deus. Há um sentido em que a Igreja é nova. Depois da morte e ressurreição de Cristo, “a lei dos mandamentos na forma de ordenanças” foi abolida (v. 15) e a Igreja passou a gozar de novos privilégios, especialmente na forma de culto. O Espírito foi derramado; O Evangelho, até então circunscrito aos limites da nação judaica (Mt 10.5,6; 15.24) tornou-se uma oferta universal, sem barreiras raciais (Cl 3.11; Gl 3.28-29). A Igreja tornou-se autônoma, isto é, separada da nação de Israel. É nesse sentido que Jesus falou dela como futura em Mt 16.18. Noutro sentido, porém, ela é a continuação da semente santa estabelecida desde o primeiro concerto ou a primeira administração do Pacto da Graça, no Éden; a “raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus” (1Pe 2.9), “casa espiritual” (1Pe 2.5), “Israel de Deus”, etc.

Nessa nova administração do Pacto da Graça, judeus e gentios crentes são um só corpo, herdeiros das mesmas promessas, feitas no Antigo Testamento e cumpridas em Cristo: Gálatas 3.23-29. Grover E. Gunn coloca a questão da seguinte forma:

De acordo com o ensino reformado... o período da Igreja é uma continuação em caráter exaltado do programa pactual do Antigo Testamento; os crentes gentios puderam ser elevados à posição privilegiada do Israel espiritual por se tornarem herdeiros plenos dos pactos do Antigo Testamento na plenitude do Novo Pacto; os judeus crentes permaneceram no Israel espiritual durante a transição entre o Antigo e o Novo Pacto, e os judeus descrentes foram cortados, em juízo, do povo do pacto (Rm 11.20). Ser cortado da Igreja em juízo era ser reduzido, aos olhos do povo do pacto, ao *status* religioso de um pagão (Mt 18.17).<sup>60</sup>

**b) Romanos 9.6-8:** Os pontos mais importantes deste texto são os seguintes: Paulo está falando a respeito dos judeus segundo a carne, da nação de Israel. Conforme o v. 4, deles são as promessas. A questão, porém, é a seguinte: Cristo veio mas a maioria dos judeus o rejeitou e se perdeu. Não recebeu a promessa. A promessa falhou? Se ela era para os descendentes de Abraão, como explicar que tantos deles rejeitaram o Messias? A resposta de Paulo, diferente da que dão os dispensacionalistas para essa pergunta, é a

<sup>59</sup> Ver conceito de **Igreja** na Confissão de Fé de Westminster, Cap. XXV, I.

<sup>60</sup> G.E. Gunn, op. cit., p. 150.

seguinte: **“...nem todos os de Israel são de fato israelitas; nem por serem descendentes de Abraão são todos seus filhos; mas: Em Isaque será chamada a tua descendência. Isto é, estes filhos de Deus não são propriamente os da carne, mas devem ser considerados como descendência os filhos da promessa. Porque a palavra da promessa é esta: Por esse tempo virei, e Sara terá um filho...”** (vv. 6-9). Esta passagem deve ser lida junto com as de Gálatas 3.6-29 e 4.21-31, especialmente com os vv. 3.8,14,16 e 4.28.

A promessa não falhou. Não houve necessidade de mudança no programa divino. Não é preciso esperar o “Reino”. A promessa se cumpriu e continua se cumprindo nos verdadeiros descendentes de Abraão, os crentes. É a mesma promessa com o cumprimento intencionado por Deus, sem qualquer “parada no relógio de Deus” ou qualquer “desvio do comboio do povo de Deus” para que os trilhos fossem ocupados pela “Igreja”. **A Igreja, nas suas várias manifestações é o “comboio do povo de Deus” e está como sempre esteve no seu trilho traçado pelo Soberano.** “Vós, porém, irmãos, sois filhos da promessa, como Isaque” (Gl 4.28), disse Paulo aos gentios crentes (incircuncisos na carne, conforme a inferência de 5.2,3). **Na teologia ou no “Evangelho de Paulo” o cumprimento da promessa feita a Abraão: “em ti serão abençoados todos os povos” está na admissão dos gentios no povo de Deus.**

Desta passagem podemos também concluir que se mesmo no A.T. os verdadeiros israelitas não eram aqueles que apenas nasciam de Abraão, na carne, mas os **“filhos da promessa”** ou **“os da fé”**, conforme Gálatas 3.7 (**“Sabei, pois, que os da fé é que são filhos de Abraão”**), então o modo de salvação da aliança antiga não era a obediência legal, mas a fé, com o é igualmente hoje: **“De modo que os da fé são abençoados com o crente Abraão”** (Gl 3.7). A verdadeira descendência de Abraão, em todos os tempos, são os filhos da promessa e estes são os crentes, sejam judeus ou gentios. Embora, por um determinado período de tempo, essa descendência tenha sido de judeus, quase que exclusivamente, não o foi apenas por estes serem judeus, mas por serem crentes. **“Porque não é judeu, quem o é apenas exteriormente, nem é circuncisão a que é somente na carne. Porém, judeu é aquele que o é interiormente, e circuncisão a que é do coração, no espírito, não segundo a letra, e cujo louvor não procede dos homens, mas de Deus”** (Rm 2.28-29).

**c) Romanos 4.11-16:** A relação entre Abraão e a Igreja é geralmente interpretada assim, fora dos círculos reformados: os judeus são a semente real de Abraão, enquanto que a Igreja da nova dispensação é a semente espiritual. Não é o que a Bíblia nos ensina neste texto. Aqui temos **uma só** descendência, do ponto de vista da **promessa**. Ele é o pai de todos os que crêem, gentios ou judeus (circuncisos ou incircuncisos). A fé é a característica distintiva dessa descendência. Mesmo dos judeus literais (de nascimento), é dito que Abraão é pai somente **“daqueles que não são apenas circuncisos, mas também andam nas pisadas da fé que teve... antes de ser circuncidado”** (vv. 11-12; cf. Jo 8. 39,56).

A passagem também diz que há apenas uma promessa para essa descendência única de Abraão: “ser herdeiro do mundo”, e o meio pelo qual ela é obtida é a fé, não a obediência legal: **“Não foi por intermédio da lei que a Abraão, ou à sua descendência coube a promessa de ser herdeiro do mundo; e, sim, mediante a justiça da fé. Pois, se os da Lei é que são os herdeiros, anula-se a fé e cancela-se a promessa”** (vv.13-14).

O ensino da passagem, portanto, é de que há apenas **um pai**, apenas **uma descendência**, apenas **uma promessa** e apenas **um modo de alcançá-la: a fé**. A fé é o único modo porque, segundo o mesmo apóstolo, a verdadeira descendência de Abraão é Cristo (Gl 3.16). Ele é a essência ou o núcleo central dessa descendência, pois somente em Cristo e por Cristo a promessa pode ser cumprida. Se é assim, então somente os que **estão em Cristo**, sejam judeus ou gentios, no Antigo ou no Novo Testamento, podem ser com ele descendentes de Abraão e reivindicar a **promessa**.

**d) Romanos 11. 17-24:** Aqui Paulo usa a figura da oliveira para representar a Israel (do A.T.). A figura se encontra no próprio A.T., em Jeremias 11.16 e Os 14.6. De acordo com a figura ou ilustração de Paulo, o que aconteceu com os judeus pode ser ilustrado da seguinte forma: alguns ramos da oliveira foram quebrados e uma oliveira brava foi enxertada no meio deles, fazendo parte da raiz e da seiva da oliveira. A oliveira boa é Israel e a oliveira brava são os gentios convertidos. A fusão dos dois tipos de ramos representa a Igreja, formada de judeus crentes (ramos bons que não foram cortados da oliveira boa) e gentios crentes (ramos agora bons que foram cortados da oliveira brava, v. 24). Segundo a figura, nem todos os ramos da oliveira boa foram cortados e os ramos da oliveira brava que foram enxertados, o foram na oliveira boa.

Como teria que ser a figura se Paulo fosse dispensacionalista? Todos os ramos deveriam ser cortados da oliveira boa, a qual deveria aguardar em repouso a sua hora de brotar novamente. Nesse intervalo do repouso, Deus plantaria uma nova oliveira, formada de ramos daquela oliveira boa e de uma outra oliveira má, a qual deveria cumprir o seu papel até que fosse arrancada para que a antiga oliveira boa pudesse novamente brotar. É enorme a diferença!<sup>61</sup>

Para Paulo, apenas os ramos incrédulos do judaísmo foram cortados, permanecendo os crentes (que aceitaram Cristo), na oliveira. Os gentios crentes, por sua vez, foram enxertados naquela mesma oliveira, fazendo agora parte da mesma raiz. Que é isto senão o ensino da continuidade orgânica do povo de Deus? É por isso que Paulo nunca se considerou cortado dessa oliveira. Em 2Tm 1.3 ele diz: **“Dou graças a Deus, a quem, desde os meus antepassados, sirvo com consciência pura...”**.

**e) Gálatas 4.1-7:** Neste texto Paulo compara o povo de Deus do Antigo e do Novo Testamento a uma criança que está crescendo. No A.T. ela é ainda menor e está sob a tutela da lei. No N.T. já é maior e alcança a posição de filho livre. É outra figura de Paulo para ilustrar o desenvolvimento e a continuidade da Igreja de Deus. No A.T., a criança é Israel, ainda sujeita à lei, como aio (3.23-24). No N.T., a criança está desenvolvida e já é livre. É a Igreja. O ponto importante a ser notado para a nossa discussão do assunto é que em ambas as situações a criança é a mesma. É só uma questão de desenvolvimento, não de substituição. Assim também, o povo de Deus é o mesmo em todas as épocas, sendo as diferenças de situação apenas devidas ao seu estágio de desenvolvimento orgânico e espiritual.

**f) Apocalipse 21.12,14:** A relação entre Israel e a Igreja pode ser vista também na figura da Nova Jerusalém, a qual possui representação dos santos de todas as eras, ou melhor dizendo, de ambos os Testamentos. Diz o texto acima: **“Tinha grande e alta muralha, doze portas, e junto às portas doze anjos, e sobre elas nomes inscritos, que são os nomes das doze tribos dos filhos de Israel...A muralha da cidade tinha**

<sup>61</sup> Figura sugerida por G.E. Gunn, op. cit., p. 151.

**doze fundamentos, e estavam sobre estes os doze nomes dos doze apóstolos do Cordeiro”** (vv. 12.14).

Esta mesma cidade é chamada de “**a noiva, a esposa do Cordeiro**” (vv. 2,9,10). A “**noiva de Cristo**” é a Igreja universal (Ef 5.22-23), também chamada de “**corpo de Cristo**”. O texto de Apocalipse, então, ensina que os santos do A.T., representados na figura da cidade pelas doze tribos, e os do N.T., representados pelos doze apóstolos, estarão todos numa mesma cidade, formando a “**Noiva**” ou o “**Corpo de Cristo**”.

**g) Hebreus 11.39-40, cf. 12.22-24:** Novamente encontramos o mesmo ensino da unidade do povo de Deus nos versículos acima mencionados. Desses santos do A.T., mencionados no cap. 11 de Hebreus, é dito que “**... todos estes... não obtiveram, contudo, a concretização da promessa, por haver Deus provido cousa superior a nosso respeito, para que eles, sem nós, não fossem aperfeiçoados**” (vv. 39-40).

No capítulo seguinte, falando dos habitantes da Nova Jerusalém, é dito: “**Mas tendes chegado ao monte Sião e à cidade do Deus vivo, a Jerusalém celestial, e a incontáveis hostes de anjos, e à universal assembléia e igreja dos primogênitos arrolados nos céus, e a Deus, o Juiz de todos, e aos espíritos dos justos aperfeiçoados. e a Jesus, o Mediador de Nova Aliança, e ao sangue da aspensão que fala cousas superiores ao que fala o próprio Abel**” (vv. 22-24).

No primeiro texto, os santos do A.T., é- nos dito, não obtiveram a “**promessa**” e não foram, então, **aperfeiçoados**. Faltava alguma coisa por ser cumprida (a vinda de Cristo), pois **a promessa**, como já vimos, dizia respeito à própria vinda de Cristo. No segundo caso, é- nos descrita a Jerusalém celestial, onde os espíritos dos justos estão **aperfeiçoados**. O verbo aqui empregado (tel eiōw) tem a idéia de um estado completo, de realização final, e no tempo perfeito denota o estado resultante de uma ação já acabada. Na Nova Jerusalém, os espíritos dos justos, de ambas as épocas, estão aperfeiçoados. A linguagem é suficientemente clara (Monte Sião, Jerusalém celestial, universal assembléia, igreja dos primogênitos, Deus - juiz de todos, etc.) para incluir os santos de todas as épocas na mesma cidade celestial. Comentando o texto, diz Donald Guthrie:

Ao explicar o relacionamento entre os santos do Antigo Testamento e a igreja crista, o escritor volta ao plano de Deus. Emprega a palavra que é traduzida por **provido** (*problepsamenou*), que chama a atenção ao conceito global de Deus da sua missão para a salvação do homem. O pensamento estende-se para o futuro, para o tempo da consumação, quando ficará completa a soma total do povo de Deus. É por esta razão que os dignatários (sic) do Antigo Testamento ainda não poderiam receber a promessa. **Coisa superior a nosso respeito** refere-se, indubitavelmente, à superioridade da revelação crista, que dá condições para o desenvolvimento de uma fé à altura do seu objeto. O tema de **superior** já ocorreu tantas vezes na Epístola que sua presença aqui era de ser esperada. É possível que o escritor tivesse em mente alguns que tinham exaltado os heróis da história judaica de tal maneira que se esqueceram das suas imperfeições e da sua necessidade de serem complementados pelos crentes em Cristo.

A chave acha-se na palavra **aperfeiçoados** (*teleiothosin*), outra idéia familiar nesta Epístola. Aqui, no entanto, é usada num sentido coletivo, com a idéia de ficar completo. Nenhuma parte da comunidade crista verdadeira pode ficar completa sem o restante. Há um forte elemento de solidariedade por detrás desta idéia (cf. a referência à “igreja dos



primogênitos” em 12.23), que também fica evidente nalgumas das metáforas neotestamentárias para a igreja, tais como o corpo ou o edifício (negritos do autor).<sup>62</sup>

Na sua *Bíblia Anotada*, C.I. Scofield “explica” a passagem dizendo que a “esposa do Cordeiro”, identificada com a “Jerusalém celestial” é a Igreja, mas não Israel, porque Israel é a “esposa” adúltera e repudiada de Jeová, que ainda está por ser restaurada (Is 54.1-10; Os 2.1-17) e que se identifica com a terra (Os 2.23). Ele diz: “Uma esposa **perdoada** e restaurada não poderia ser chamada nem de **virgem** (1Co 11.2,3) nem de **noiva** (negritos do autor).<sup>63</sup> Diante dessa explicação fica a pergunta: Qual o conceito que Scofield tem da justificação? Será que ele acredita que a Igreja, por ser chamada de **virgem** e **noiva** nunca cometeu pecado? Percebe-se até onde o dispensacionalismo pode ir para fugir da força e evidência do texto bíblico.

**h) Mateus 21.43: “Portanto vos digo que o reino de Deus vos será tirado e será entregue a um povo que lhe produza os respectivos frutos”.** Eis mais um texto que trata desse assunto de continuidade do Reino. A palavra “**povo**” ou “**nação**” aqui empregada (ἐθνος) é a mesma que em 1Pe 2.9 é usada para “**nação santa**” e certamente se refere à Igreja universal ou “povo de Deus”. A implicação é a seguinte: **se Jesus passou para a Igreja o programa que tinha começado com Israel, como Reino, então a Igreja é a continuação do verdadeiro Israel no Novo Testamento.**

**i) João 10.16: “Ainda tenho outras ovelhas, não deste aprisco; a mim me convém conduzi-las; elas ouvirão a minha voz; então haverá um rebanho e um pastor”.** Este versículo, tão mal interpretado e aplicado nestes tempos de ecumenismo, fala de dois apriscos e dois rebanhos que haveriam de ser unidos em um só, sob a liderança de um só Pastor. Os judeus são chamados no A.T. de “**ovelhas de Deus**” (Ez 34.7-31) e no N.T., os discípulos são chamados de “**pequenino rebanho**”:- “Não temais, ó pequenino rebanho; porque vosso Pai se agradou em dar-vos o seu reino” (Lc 12.32). Conforme Jesus ensinou, as verdadeiras ovelhas dentro do rebanho eram aqueles que o reconheceram como o Messias (Pastor Messiânico) e ouviram suas palavras e O seguiram (Jo 10. 14,27). A figura do aprisco, no A.T., é bem significativa para representar Israel, separado das nações gentílicas e, como diz Calvino, cercado que estava com certos muros de ritos e cerimônias “para que não fosse confundido com incrédulos, embora a porta do aprisco fosse o gracioso pacto da vida eterna confirmado em Cristo”.<sup>64</sup>

As “**outras ovelhas, não deste aprisco**” são os gentios eleitos pela soberana graça de Deus, os quais, embora ainda não tivessem sido chamados para o verdadeiro aprisco do seu Reino, já eram assim denominados por Aquele que nos amou e nos reconciliou consigo mesmo quando ainda éramos Seus inimigos (Rm 5.10). Por estarem ainda fora do aprisco de Deus são chamados de “outras ovelhas”. Jesus uniu ambos os grupos de ovelhas, judeus e gentios, através do seu sangue (Ef. 2.13-17), num só aprisco. Grover Gunn declara que “o uso da metáfora do rebanho em João 10 demonstra a relação de continuidade entre o Israel da Antiga Aliança e a Igreja da Nova Aliança. Tanto o Israel da Antiga Aliança como a Igreja da Nova Aliança são identificados como rebanho de Deus - **Israel**: Sl 74.1; 78.52; 79.13; 95.7; 100.3; Is 40.11; 63.11; Jr 13.17;

<sup>62</sup> D. Guthrie, *Hebreus: introdução e comentário* (São Paulo: Edições Vida Nova e Editora Mundo Cristão, 1983), pp. 231-232.

<sup>63</sup> *The Scofield Reference Bible*, p. 1348.

<sup>64</sup> Cf. J. Calvin, *Commentary on the Gospel According to John* (Grand Rapids: Baker Book House, 1981), v. II, p. 406.

23.1; 50.6; Ez. 34.31; Mq 7.14; Zc 10.3; 13.7; Mt 10.6; 15.24. **Igreja:** At 20.28-29; 1Pe 2.25; 5.2-3”.<sup>65</sup>

Vemos assim que João 10 ensina a mesma verdade demonstrada em Efésios 2, a da união orgânica do povo de Deus, quer seja judeu ou gentio.

**j) Gálatas 6.16: “E a todos quantos andarem de conformidade com esta regra, paz e misericórdia sejam sobre eles e sobre o Israel de Deus.”** Aqui a Igreja recebe, como tratamento, um nome judaico: **o Israel de Deus**. Dizer que a expressão aqui se refere apenas aos judeus convertidos da Igreja e não a toda a Igreja é ignorar totalmente o contexto da carta aos Gálatas e o seu tema principal. A carta desenvolve o tema de que o judeu não tem privilégios ou vantagens sobre os gentios, na presente era da Igreja (3.28) e que os gentios não deviam se tornar judeus para gozarem do mesmo *status* que os judeus crentes possuíam. Grover Gunn lembra, e muito acertadamente, que “Paulo teria destruído o seu próprio argumento se ele tivesse dado aos judeus na Igreja um *status* especial ou um reconhecimento, referindo-se exclusivamente a eles como o Israel de Deus”.<sup>66</sup> Então seria vantajoso tornar-se judeu (prosélito), já que o próprio Paulo os trata com distinção, se esse fosse o caso.

É certo, portanto, que Paulo está se referindo a toda a Igreja como o Israel de Deus. A nossa tradução é que, como a maioria das outras, é infeliz ao interpretar a conjunção grega *kai* (kai) como aditiva, quando, de acordo com o contexto, ela tem sentido explicativo. A melhor tradução, nesse caso, seria “isto é”, ou “a saber”. Esse é um dos sentidos da citada conjunção, conforme o dicionário de Bauer<sup>67</sup>, e é assim que ela é traduzida na *New International Version*. Por conseguinte, a leitura do texto deve ser esta: **“E a todos quantos andarem de conformidade com esta regra, paz e misericórdia sejam sobre eles, isto é, sobre o Israel de Deus”**.

De acordo com este texto, portanto, o verdadeiro Israel de Deus é constituído por aqueles que andam segundo a norma proposta por Paulo: a de gloriar-se, não na carne (circuncisão), mas na cruz de Cristo (6.12-16).

Vários outros nomes judaicos são dados à Igreja: **diáspora** (1Pe 1.1; Tg 1.1); **as doze tribos** (Tg 1.1; Ap 7.4; Lc 22.30); **raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus** (1Pe 2.9-10; Ap 1.6; Tt 2.14; cf. Ex. 19.6; Dt 7.6); **judeu interiormente** (Rm 2.28-29); a circuncisão (Fp 3.3 cf. Cl.2.11; Rm 2.29); **os que têm chegado ao monte Sião** (Hb 12.22); **filhos da promessa como Isaque** (Gl 4.28); **descendentes de Abraão e herdeiros segundo a promessa** (Gl 3.29), etc., e esses títulos não se aplicam, na maioria dos casos, apenas a judeus convertidos na Igreja, mas a gentios também. Vê-se nessas formas de tratamento a continuidade e a unidade do povo de Deus em um só corpo, em todas as eras.

Para concluir citamos a declaração de Herman Hoeksema que julgamos ser uma das mais completas e precisas conceituações da Igreja de Cristo:

Creemos numa igreja santa e católica (universal), o corpo de Cristo, a comunhão dos santos. Concebida em sua inteireza, essa igreja inclui todos os eleitos redimidos, santificados e glorificados, e, como tal, existe no presente somente no conselho, a eterna

<sup>65</sup> G.E. Gunn, op. cit., p. 158.

<sup>66</sup> Ibid., p. 159.

<sup>67</sup> Cf. W. Bauer, op. cit., p. 393.

concepção, de Deus. Porém, essa igreja é congregada no tempo, de toda a raça humana, de toda nação, língua e tribo, do começo ao fim do mundo. A santa igreja católica é congregada continuamente. Em cada geração a igreja existe, o corpo de Cristo é congregado e se torna manifesto na terra. O fim do mundo não pode vir até que o último dos membros do corpo de Cristo, do modo como Deus determina e conhece previamente esse corpo em seu divino e eterno plano, nasça e seja agregado à comunhão dos santos. O corpo de Cristo deve ser perfeito, deve ser completo. O templo de Deus deve ser acabado. A igreja toda, conforme o plano divino, deve ser congregada de toda a raça humana antes que o fim possa vir. E essa igreja completa consiste da plenitude de Israel e da plenitude dos gentios, reunidos em um rebanho sob um Pastor.<sup>68</sup>

Mais resumida, porém não menos clara e expressiva é a definição dada em nossa *Confissão de Fé de Westminster*:

A Igreja Católica ou Universal, que é invisível, consta do número total dos eleitos que já foram, dos que agora são e dos que ainda serão reunidos em um só corpo sob Cristo, seu cabeça; ela é a esposa, o corpo, a plenitude daquele que cumpre tudo em todas as coisas.<sup>69</sup>

Creemos ser esse o ensino das Escrituras.

---

<sup>68</sup> H. Hoeksema, *Reformed Dogmatics* (Grand Rapids: Reformed Free Publishing Association, 1973), p. 584.

<sup>69</sup> Cap. XXV, 1.